



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LUCIANA DE SOUSA FRANÇA

**REDES DE POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA
NO MUNICÍPIO DE PATOS – PARAÍBA**

PATOS-PB

2014

LUCIANA DE SOUSA FRANÇA

**REDES DE POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA
NO MUNICÍPIO DE PATOS – PARAÍBA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Msc. Ayalla Cândido Freire

PATOS-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F826r França, Luciana De Sousa
Redes de Políticas [manuscrito] : uma análise da Política Pública de Cultura no Município de Patos, Paraíba / Luciana De Sousa França. - 2014.
22 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Profa. Msc. Ayalla Cândido Freire, CCEA".

1. Políticas públicas. 2. Redes de políticas. 3. Cultura em Patos. I. Título.

21. ed. CDD 353.7

Luciana de Sousa França

**REDES DE POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA
NO MUNICÍPIO DE PATOS – PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Administração da
Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento
à exigência para obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Aprovado em 24/10/2014

Ayalla Cândido Freire.

Prof^ª Msc. Ayalla Cândido Freire / UEPB

Orientadora

Carlos Guimarães

Prof. Dr. Carlos Guimarães / UEPB

Examinador

Janine Dias

Prof^ª Msc. Janine Dias / UEPB

Examinadora

Redes de Políticas: uma análise da política pública de cultura no município de Patos – Paraíba

Luciana de Sousa França¹

RESUMO

A atual perspectiva de gestão cultural adotada pelo Estado brasileiro tem dado espaço para que o desenvolvimento de políticas públicas para a cultura seja realizado através da interação entre governo e sociedade, o que favorece o fortalecimento das redes de políticas envolvidas com esse setor. A realidade de atuação destas redes e a forma como elas desenvolvem seus processos são determinantes, para que os relacionamentos e trabalhos realizados através delas aconteçam de forma democrática e satisfatória para os envolvidos. A partir disso, foi realizada uma pesquisa no município de Patos – PB com o objetivo geral de compreender como está configurada a rede de políticas públicas de cultura local. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva, caracterizada como estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de roteiros de entrevista semiestruturados e analisados com base no método de análise de conteúdo. Foi concluído que existem atores estatais e não estatais intervindo na promoção pública da cultura no município em questão, e que apesar da interação entre esses atores acontecer, alguns processos ainda estão centralizados no governo local.

Palavras-chave: políticas públicas, redes de políticas, cultura.

ABSTRACT

The present perspective of the cultural management adopted by the Brazilian government has given room to the development of cultural public policies made through the interaction between government and society, what favors the strengthening of the political networks involved in this sector. The performance reality of these networks and the way they develop their processes are determinant to make possible that the relationships and works accomplished through them, may occur in a satisfactory and democratic way for all those involved. Taken this into consideration, it was made a research in the city of Patos – PB, with the main purpose to understand how the local cultural policies network is configured. This is a qualitative and descriptive research, characterized as a case study. The data were collected through interviews scripts half structured and analyzed based on the analysis of a content method. We came to the conclusion that there are, state and non-state actors intervening in the public cultural promotion in the city under research and that, although the interaction among these actors takes place, some processes are still centralized by the local government.

Keywords: public policies, networks, culture.

1. Introdução

“A história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.” (RUBIM, 2007, p. 11). Essas circunstâncias foram determinantes para que boa parte das gestões responsáveis pela política cultural do Brasil, no passado não tenha elaborado políticas públicas satisfatórias para o setor cultural brasileiro. Em contra ponto a esta situação, a partir de 2003 “o Ministério da Cultura deu

¹ Graduanda no curso de Administração pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: lucianacatole@gmail.com. Trabalho orientado pela docente Msc. Ayalla Cândido Freire.

início a um intenso processo de discussão e reorganização do papel do Estado na área cultural.” (BOTELHO, 2007, p. 127).

Como resultado disso, um novo plano de gestão da cultura começou a ser executado no Brasil sob a coordenação do Ministro Gilberto Gil. Isaura Botelho (2007, p. 17), com base no discurso do Ministro Gil, indica que o ministério passou a adotar um novo conceito de cultura, considerando também “sua dimensão antropológica, como a dimensão simbólica da existência social brasileira, como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos de nosso povo, aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico”. A concepção de “Cultura como ‘usina de símbolos’ de cada comunidade e de toda a nação, eixo construtor de identidades, espaço de realização da cidadania.” (BOTELHO, 2007, p.17) foi determinante para a redefinição do papel do Estado brasileiro no incentivo às políticas públicas de cultura.

É possível compreender através dos trechos do discurso citado que o Estado passa a considerar a existência de uma pluralidade de atores, que não pertencem a estrutura governamental, envolvidos com o fazer cultural no Brasil. Com a política cultural pós Gil, o Estado não somente passou a reconhecer a presença desses atores, como também impulsionou à criação de mecanismos que permitissem uma gestão de políticas culturais alicerçada na participação social. Um exemplo dessa disposição é o movimento de instituição de políticas como o Sistema Nacional de Cultura que busca promover um “modelo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil” (Ministério da Cultura, Brasil, 2011, p.42).

Este direcionamento fortalece a construção de políticas públicas de cultura por meio do fenômeno intitulado de redes de políticas, onde a promoção das políticas públicas é realizada através da interação entre atores do Estado e atores não-estatais. No entanto, a existência de marcos - legais que possibilitem o trabalho compartilhado entre Estado e sociedade não é o suficiente para que as ações desenvolvidas por meio da rede sejam promovidas de forma democrática e satisfatória, pois as redes de políticas estão imersas em uma realidade local da qual sofrem forte influência e a forma como ela está caracterizada, estruturada e articulada é determinante para a conformação de uma governança que permita que os trabalhos da rede resultem de um processo democrático que garanta a participação efetiva dos atores nos processos de construção das políticas públicas.

Diante do acima exposto, foi escolhida a cidade de Patos no estado da Paraíba para ser analisado o seguinte problema de pesquisa: como está conformada a rede de políticas públicas de cultura em Patos - Paraíba? Partindo desse ponto será realizada uma pesquisa

nesse município com o objetivo geral de compreender como está configurada a rede de políticas públicas de cultura local. Isso será possível a partir dos seguintes objetivos específicos: caracterizar a rede envolvida com o setor cultural da realidade em questão, descrever o modo de articulação dos atores envolvidos e analisar as ações desempenhadas por esses atores.

Uma pesquisa científica sobre a realidade atual da gestão pública da cultura nas bases do Estado brasileiro é de suma importância, pois os resultados e reflexões realizadas através da análise de informações e dados coletados da conjuntura em estudo permitirão que os interessados no assunto tenham propriedade e conhecimento sobre aspectos e características que irão servir como apoio para a formulação de estratégias governamentais e de áreas afins, para o desenvolvimento de ações que permitirão uma melhor efetivação da política cultural na realidade em debate.

A pesquisa também pretende contribuir com a evolução do banco de informações sobre a gestão da política cultural realizada no Brasil e com a ampliação de informações sobre o campo da gestão de políticas públicas de cultura através de um trabalho de coletas de dados confiável e transparente.

2. Políticas públicas

Para Matias (2012) políticas públicas é uma expressão utilizada para indicar as atividades de responsabilidade do Estado e que possuem este como referência. Elas são um composto de procedimentos e determinações que refletem a postura política do Estado e que agem como reguladores das ações governamentais de interesse público e com o apoio delas, os governantes podem alcançar à satisfação de direitos básicos de uma sociedade. Saraiva (2007, p. 28) explica que uma política pública:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política.

Todo o processo que envolve uma política pública é intitulado de *ciclo de políticas públicas*, que trata-se de um “esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de

uma **política pública** em fases sequenciais e interdependentes” (SECCHI, 2013, p. 43). Esse esquema é composto pelas seguintes fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Geralmente as fases se misturam e as sequências sofrem alterações, no entanto mesmo assim a proposta de ciclo não perde a utilidade, pois ele ajuda a organizar às ideias e também serve como referencial para a construção e análise de uma diversidade de políticas públicas (SECCHI, 2013).

Secchi (2013) ressalta que os problemas relevantes para a formulação de políticas públicas são aqueles relacionados à qualidade de vida da sociedade ou precisamente a um setor que a compõe. Para que a política pública exista é preponderante que antes seja identificado um problema público. “Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (SECCHI, 2013, p.44), o “conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes” dão composição a agenda (SECCHI, 2013, p.46). A agenda é constituída por problemas que serão tratados como prioridade para ação política. Diante dos problemas pautados na agenda são pensados objetivos que poderão resultar em soluções para os problemas em questão. “A etapa de construção de alternativas é o momento em que são elaborados os métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos” (SECCHI, 2013, p.48).

A escolha de alternativas para a solução do problema em debate é determinada segundo critérios relacionados a custo benefício e pelas influências dos envolvidos na tomada de decisão. Essa etapa “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI, 2013, p.51). Já a implementação da política pública consiste no processo de execução das alternativas escolhidas anteriormente. É nessa etapa “que a administração pública reveste – se de sua função precípua: executar as políticas públicas.” (SECCHI, 2013, p.57).

Por fim a avaliação de políticas públicas corresponde ao processo em que é realizada a comparação entre o que era esperado e o que foi atingido pela ação da política pública antes implantada. Secchi (2013, p.63) explica que a avaliação e controle “permitem uma comparação espacial e temporal do problema e das políticas públicas. A avaliação pode aumentar de forma significativa a sensibilidade e percepção que os atores políticos têm sobre a política pública, a fim de melhorá –la”. Quando o problema que era motivo da existência de uma política pública é solucionado ou quando é constatado que as ações elaboradas e executadas não surtiram efeitos positivos diante da razão que as levaram a existir é decretado

o fim do ciclo de uma política pública. Com base em Secchi (2013) o ciclo de vida de uma política pública possui fim quando exatamente ocorre a sua extinção.

Existem dois enfoques sobre a implementação de políticas públicas o *Top down* e *Bottom up*, ambos com concepções distintas do ciclo de políticas públicas. De um lado o enfoque *Top down* considera que a política pública é executada de cima para baixo, sem interferências externas e que a implementação apenas depende do desenvolvimento de atividades administrativas e execução de tarefas sem relação com questões de fundo político (SECCHI, 2013), por outro lado o enfoque *Bottom up* considera a implementação das políticas públicas de baixo para cima e que os trabalhos se iniciam a partir das redes de decisão existentes na realidade local onde os atores se enfrentam (MATIAS, 2012). O modelo *Bottom up* considera, que os processos das políticas públicas estão cercados de colisões de perspectivas e que as decisões sobre as políticas públicas não estão restritas a um único agente, o Estado. A abordagem de *redes de políticas* concorda com isso ao considerar que a “iniciativa para que um tema seja objeto de política pública pode ser tomada não apenas pelo Estado, mas também por agentes não-estatais” (SANTOS, 2005, p. 62).

2.1 A gestão de políticas públicas de cultura no Brasil

A Política Nacional de Cultura institucionalizada atualmente no Brasil considera que o papel do Estado com relação à cultura deve estar ligado à garantia dos direitos culturais, promoção do patrimônio cultural e do potencial que a área da cultura possui como vetor de desenvolvimento. Essa perspectiva é pautada com base no art. 215 da Constituição Federal do Brasil de 1988 que delibera sobre a função do Estado no que diz respeito à cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, BRASIL, 2010).

A política em questão considera que ao Estado cabe à responsabilidade de juntamente com a participação social “assumir plenamente seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do país e no estabelecimento de marcos regulatórios para a economia da cultura” (MINISTÉRIO DA CULTURA, BRASIL, 2010, p. 30). Esta perspectiva de gestão de políticas públicas de cultura com a participação da sociedade se instaurou inicialmente através da gestão de Gilberto Gil, quando ministro na primeira gestão do presidente Lula, ao agregar a dimensão antropológica da cultura ao conceito de cultura adotado pelo Estado brasileiro.

Segundo Botelho (2007) a dimensão antropológica considera os saberes e fazeres da população e afirma que a cultura se trata de um conjunto dinâmico composto por todos os atos

criativos do povo brasileiro. Tal definição demonstra que a promoção da cultura na realidade é realizada por atores que não estão exclusivamente restritos ao Estado. Sendo assim cabe a este construir ações que potencializem o setor cultural, sem atuar de forma isolada, considerando os agentes intrinsecamente envolvidos com a fluidez da cultura do Brasil. Rubim (2008, p.13) explica que:

A abertura conceitual e de atuação significa não só o abandono de uma visão elitista e discriminadora de cultura, mas representa um contraponto ao autoritarismo e a busca da democratização das políticas culturais. [...] Assim, proliferaram os seminários; as câmaras setoriais; as conferências, inclusive culminando na Conferência Nacional de Cultura. O desafio de construir políticas de cultura em um ambiente democrático não é enfrentado de qualquer modo, mas através do acionamento da sociedade civil e dos agentes culturais na conformação de políticas públicas e democráticas de cultura.

“A gestão da cultura no governo Lula chegou ao seu final como um marco para as políticas públicas no que diz respeito, entre outras coisas, à implementação de mecanismos de democracia participativa da sociedade civil na esfera pública.” (BEZERRA, et al, 2013, p.10). Como garantia de sustentação e promoção de políticas culturais desta espécie e de Estado foi criado o Sistema Nacional de Cultura que tem como principal objetivo fortalecer e instaurar políticas culturais compartilhadas entre “União, Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de institucionalização e ampliação da participação social.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013, p.8).

Rubim (et al 2005, p. 15) esclarece que o fato de não tratar as políticas públicas de cultura como exclusividade da ação governamental não sugere “desconsiderar o papel ocupado pelo Estado na formulação e implementação de tais políticas. Antes significa que, hoje, ele não é único ator e que as políticas públicas são o resultado de uma complexa interação entre agências estatais e não-estatais”. Reis (2011, p.5) completa ao dizer que a hegemonia e “o destaque da atuação estatal no campo político-cultural era visível em um período em que se colocava e se cobrava ao Estado um papel de provedor maior. Mas à medida que o campo sociocultural se transforma, outros atores começam a surgir e a ganhar força”.

3. Abordagem de Redes de Políticas

O fenômeno conhecido como redes de políticas se constitui de um conjunto de relacionamentos de relativa forma estável, sem hierarquias e independente, aos quais se

vinculam uma variedade de atores que partilham valores e pretensões convergentes referentes a uma política e que cooperam e realizam trocas de recursos no encaixe dos interesses e metas que possuem em comum. (BÖRZEL, 1997 apud FLEURY, 2005, p.78). Schneider (2005, p. 49) sintetiza afirmando que o conceito de redes de políticas públicas “implica uma visão da realidade na qual as políticas públicas não são formuladas e implementadas apenas por um único ator público (o Estado), mas que também atores privados ou sociais participam nesse processo de produção e oferta de bens públicos”. A incidência da organização em rede deriva de processos históricos de mudança, que aconteceram nas esferas da economia, da política e nos aspectos da sociedade contemporânea (MINHOTO et al., 2001).

Fleury (2002) esclarece que associado a outros fatores, a eclosão da gestão em redes deriva das mudanças provocadas pela globalização econômica que exigiram processos administrativos mais flexíveis, integrados e interdependentes e por outro lado, das reformas efetuadas no Estado que impuseram para ele novas formas de organização do seu trabalho que suportem à interação de estruturas descentralizadas, acrescentada da nova perspectiva de relacionamento entre atores estatais e atores não estatais. Ele ainda acrescenta que isso se deu na América Latina de forma simultânea ao processo de democratização política que permitiu a ocorrência do desenvolvimento de uma nova consciência cidadã, que exige maior intervenção na gestão das políticas públicas. Com a atual configuração do papel do Estado na sociedade, o modelo de redes surge como possibilidades de distribuição de poder e de organização da gestão de forma descentralizada facilitando uma gestão pública democrática e a reestruturação da interação entre governo e sociedade. (MIGUELETTO, 2001).

Segundo Secchi (2013) o que estrutura as redes de políticas são as interações estabelecidas entre atores privados e públicos envolvidos com o desenvolvimento dos processos de alguma política pública. De acordo com autor previamente citado, nesse contexto os atores são importantes porque são eles que transformam as propostas em ações por meio das suas decisões e poder de influência. Também são eles que elaboram proposições e influenciam sobre o que entra ou não na agenda política. Com base em Klinjn (1998) as redes surgem devido à relação de dependência de recursos existente entre os atores. Assim, pode-se constatar que, aquilo que constitui os vínculos que ligam os envolvidos na rede é a interdependência existente entre eles.

Klinjn (1998) baseado em alguns autores, declara que nenhum ator tem poder suficiente para determinar as ações estratégicas uns dos outros e que esses precisam manter suas relações de proximidade ao mesmo tempo em que reafirmam suas preferências individuais, já que cada ator possui suas metas e estratégias específicas. Alguns atores

possuem um número maior de relacionamentos em relação a outros da mesma rede. Segundo Klinjn (1998) com base em Aldrich e Whetten (1981) o expressivo número de ligações diretas que um ator possui em relação aos outros é determinante para que ele assuma uma posição central, isso implica que existem atores em melhor posição para atingir seus objetivos e que por esse fato eles possuem mais acesso à informações e mais capacidade de mobilizar recursos dentro da rede. Esse caso é definido pelo conceito de centralidade, que é utilizado para caracterizar a posição de um ator dentro da rede.

Procopiuck (et al.,2009) descreve que há poucos contatos formalizados entre os grupos não governamentais e o governo, e há em consequência disso menos regras a serem seguidas. Ele ainda afirma que a unanimidade na rede é quase impossível propiciando a existência de tentativas de imposição de pontos de vista no processo de tomada de decisão. Calmon (et al.,2013, p.26):

A forma como se estabelece a comunicação entre os atores que compõem uma rede de políticas públicas é fundamental à tomada de decisões e à implementação das ações preconizadas. Ou seja, o grau de governança de uma rede depende da qualidade das interações entre os atores. [...] A boa comunicação entre atores implica no intercâmbio de informações e na existência de sistemas formais e informais de consultas mútuas. Algumas redes estabelecem estruturas organizacionais dedicadas à gestão da comunicação entre os atores da rede e entre esses atores e a sociedade. Noutras redes, esta comunicação é feita espontaneamente pelos atores.

Com base em Procopiuck (et al.,2009) os canais de comunicação se distinguem por proporcionarem aos atores à possibilidade de expressarem suas opiniões. A força de convencimento somada aos argumentos e ao caráter da reputação institucional ou pessoal de cada ator é o que determina o seu potencial de influência em relação aos demais na rede. Segundo Whitaker (1993 apud FARIA, 2005, p.19) a participação dos membros de uma rede em uma ação coletiva pode se dar de forma consciente, manipulada ou imposta. Com relação à primeira condição, a participação se dá de forma livre onde todos agem como sujeitos, na segunda situação, os executores da ação se sentem protagonistas, mas na verdade não são e na última circunstância, os atores agem com base em uma decisão superior. A forma como se desenvolvem os processos e relacionamentos na rede implica substancialmente no processo de governança dela. Assim, existe uma relação de causa e efeito entre rede e governança.

A abordagem de redes é envolvida por duas concepções, uma concebe a rede como a estrutura de governança e a outra entende a rede como meio de análise. Com relação aos aspectos que constituem as redes de políticas, o “processo de governança se refere à maneira como são tomadas as decisões numa sociedade e como os cidadãos e grupos interagem na

formulação dos propósitos públicos e na implementação de políticas públicas” (DENHARDT, 2011, p. 271). Segundo Procopiuck (et al., 2008, p.9) “a governança em rede serve como abordagem conceitual para abarcar as relações e as ações emergentes das articulações de atores que compõem arranjos institucionais estruturados sob forma de redes em torno de problemas centrados em determinada área de política”, já “o uso de rede como perspectiva de análise, por sua vez, permite alcançar uma melhor compreensão do processo de formação de uma rede, seu desenvolvimento e os resultados que poderá produzir” (LOPES, 2009).

4. Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa, quanto aos fins se caracteriza como descritiva, tal “pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos” (PRODANOV et.al. 2013, p. 53). Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, esta qualidade é dada devido ao caráter da forma que os dados são interpretados. Já o método de pesquisa é o estudo de caso, que segundo GIL (2002, p. 54) trata-se de uma minuciosa pesquisa sobre um ou vários objetos, de modo que o conhecimento sobre tal seja o mais detalhado possível.

Para a realização da pesquisa antes foram efetuadas leituras e estudos de materiais a cerca do assunto abordado e compostas cinco categorias de análise: pluralidade e abrangência da rede, natureza dos vínculos, comunicação e tomada de decisão, centralidade e ações e trabalho compartilhado para a composição de um parâmetro para construção dos roteiros de entrevista específicos para cada entrevistado e para a reflexão dos dados coletados em campo. Para a coleta de dados foram escolhidos quatro indivíduos envolvidos com a promoção de políticas públicas de cultura no Município de Patos - Paraíba, a secretária executiva da Fundação Ernani Satyro² (FUNES), o secretário de cultura municipal, um representante da sociedade civil no conselho municipal de políticas culturais e um representante de uma organização da sociedade civil intitulada de CULP³ (Cultura Pública).

Os dois primeiros atores foram escolhidos porque são as duas únicas instituições

² A Fundação Ernani Satyro foi instituída pela Lei Nº 5.048 de 21 de junho de 1988. Possui sede e atuação na Cidade de Patos Paraíba e está vinculada a Secretaria de Educação e Cultura do estado da Paraíba. Tem como objetivo promover e colaborar com a construção e difusão do conhecimento e do patrimônio cultural.

³ A CULP (Cultura Pública) é uma organização sem fins lucrativos, não governamental, com sede em Patos. Que tem como objetivo promover bens e serviços culturais. A CULP foi criada no ano de 2012 e está em processo de consolidação.

estatais que pertencem ao município de Patos que atuam no âmbito da política. A representação do conselho foi consultada por ser um ator da sociedade civil, que institucionalmente está ligado à gestão pública da cultura e o último foi consultado por pertencer ao grupo dos atores de caráter não estatal na situação estudada. Análise e organização dos dados coletadas foram realizadas com base nas categorias elaboradas inicialmente e por meio do método de análise de conteúdo que se caracteriza como uma “técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema” (VERGARA, 2012, p. 7). Por fim foram realizadas as conclusões com base nas informações resultantes da pesquisa, dentro dos objetivos propostos por esse trabalho.

5. Análise da Rede de Políticas Local

5.1. Caracterização da rede

A *caracterização da rede* em estudo foi constituída no levantamento dos atores envolvidos com o desenvolvimento das políticas públicas de cultura no município de Patos – PB. A secretária executiva da FUNES informou, a respeito desses atores, que na cidade de Patos existem dois núcleos principais de fomento à cultura, que são a fundação representante do estado, a FUNES, e a Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Turismo, recém-criada no município. Ela também afirmou que além desses dois núcleos, existe uma gama de atores que não estão ligados as duas instituições previamente citadas. O representante do conselho municipal de políticas culturais acrescenta ainda que, além dos atores institucionais, “existem diversos tipos de movimentos fragmentados em diversas áreas [...] que promovem ações e desenvolvem aspectos culturais” no município de Patos – PB.

Estes últimos foram identificados pelos entrevistados como sendo a CULP (Cultura Pública), que tem como propósito promover bens e serviços culturais de caráter público; O Coletivo Espinho Branco, um grupo auto colaborativo que trabalha com artes integradas; A Astral (Associação do Trabalhador Cultural), que atua na condição de ente organizador da classe dos artistas do município; A Associação dos Músicos Populares de Patos e Região (Asmupar), uma organização associativa que tem como objetivo integrar músicos e artistas de Patos e região e promover a cultura local; A ADS Produções, que trabalha com o seguimento da produção audiovisual no município de Patos e anualmente realiza nesta cidade o festival de cinema intitulado “Cinema com Farinha”.

Ainda entre esses encontra-se a Associação de Quadrilhas Juninas de Patos (Aqjp), que está ligada à promoção e à organização dos grupos de quadrilha do município e ao festival de quadrilhas de Patos durante os festejos juninos; A Liga de Blocos Carnavalescos de Patos, uma das entidades organizadoras das festividades carnavalescas da cidade; O Sindicato dos Integrantes do Grupo Ocupacional Servidores Fiscais Tributários do Estado da Paraíba (SINDIFISCO –PB), que embora não seja uma organização originalmente ligada ao setor cultural, tem promovido o Sindicultura, festival musical que tem como objetivo, permitir aos filiados do sindicato acesso à cultura; o Serviço Social do Comércio (Sesc) - Patos, que também realiza algumas ações no âmbito cultural deste município.

Além desses atores locais citados, existem agentes que não possuem sede na cidade de Patos, que atuam com abrangência regional ou estadual, que de certo modo têm colaborado com os atores locais no fazer cultural desse município, como o Centro Cultural Banco do Nordeste – Sousa, a FUNESC (Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego), o Núcleo de Arte e Cultura da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Schneider (2005) ressalta que a noção de redes de políticas implica em uma concepção da realidade na qual atores privados e sociais participam do processo de desenvolvimento e na oferta de bens de caráter público. Com base nesses dados fica evidente que na conjuntura pesquisada, além do poder público, existem inúmeros atores não essencialmente governamentais envolvidos com a promoção de políticas públicas de cultura.

Os atores anteriormente citados estão em interação com outros atores da rede analisada. Segundo a representante da FUNES entrevistada para esta pesquisa, a fundação possui parcerias com, o Coletivo Espinho Branco, o CNBB - Sousa, com a Secretaria Municipal de Cultura, a Associação de Músicos, a Liga de Blocos, UEPB, UFCG, FUNESC e o SESC. Já o Secretário municipal de cultura mencionou que se relaciona com a ASTRAL, o SINDIFISCO, a Aqjp, a Liga de Blocos Carnavalescos de Patos, com a Asmupar, a UEPB para a realização de ações em parceria e mobiliza o movimento cultural para discussões sobre o desenvolvimento de políticas públicas de cultura. Após a caracterização da rede, será apresentada a seguir a dinâmica de articulação entre os atores quanto às ações e aos programas direcionados à promoção pública da cultura no município em estudo.

5.2. Articulação e dinâmica da rede

A rede de políticas se constitui a partir de um conjunto de relacionamentos de relativa forma estável, sem hierarquias e independente, aos quais se vinculam uma variedade

de atores que partilham valores e pretensões convergentes referentes a uma política (BÖRZEL, 1997 apud FLEURY, 2005, p.78.). A **natureza dos vínculos** nesse tipo de rede pode estar atrelada à mútua dependência que existe entre esses atores. O secretário municipal de cultura de Patos, ao ser indagado sobre a existência de relacionamentos entre os atores estatais e não - estatais na promoção de políticas públicas cultura nesse município, descreveu que a secretaria municipal realizou a III Conferência Municipal de Cultura. Esse entrevistado também afirmou que o “objetivo dessa era promover o intercâmbio com as instituições públicas e privadas na área cultural” e que a mesma contou “com mais de 150 produtores culturais, participando o Coletivo Espinho Branco, participando o pessoal da Fundação Ernani Satyro, participando o pessoal dos grupos de danças folclóricas”.

O secretário também evidenciou que durante a III conferência municipal foi constituído o Conselho Municipal de Políticas Culturais, que podemos inferir a partir da seguinte fala “nós criamos o nosso conselho municipal de políticas culturais, [...] o conselho é paritário, nosso conselho é formado por dez componentes, cinco indicados pelo poder público [...] e cinco escolhidos na conferência [...] indicados pelo movimento cultural [...]”. O secretário esclareceu que a conferência foi realizada e o conselho foi instituído porque o governo local aderiu ao Sistema Nacional de Cultura. Ele também revelou o fato que leva o conselho a ser significativo para a gestão pública municipal de cultura dizendo que “hoje em dia, todos os recursos que vierem pra cultura são fiscalizados e direcionados pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais”.

O secretário entrevistado afirma que se envolve com agentes de fora da secretaria por que “divide responsabilidades e surgem novas ideias” e quando indagado do porquê de atores que não fazem parte da secretaria municipal se envolverem com a mesma, ele ressalta que “quem mexe com cultura tem uma carência muito grande [...] quanto mais a gente faz, ainda fica pouco”. Através dessa fala é possível concluir que os atores de fora da secretaria municipal possuem uma escassez de recursos para a realização de seus trabalhos. E que as ações realizadas pela o governo local para a cultura não satisfazem as necessidades existentes na sociedade em que atua. Esse caso relativiza a afirmação de Matias (2012), quando diz que através das políticas públicas os governantes podem alcançar à satisfação de direitos básicos de uma sociedade.

A Fundação Ernani Satyro, também tem se relacionado com os atores da rede local em estudo para a realização de ações em conjunto. A FUNES possui um planejamento anual de atividades. Segundo a secretária executiva, a fundação sempre está interagindo com outros atores para a execução e potencialização desse planejamento, “durante o planejamento anual

já são pensados os possíveis parceiros e pessoas para trabalharem em conjunto com a FUNES durante o ano de atividades”. De acordo com a entrevistada isso é feito devido às parcerias possibilitarem a formação de público, a disponibilidade de recursos financeiros e mão de obra e trocas de atividades. De certa forma, o fato da fundação interagir com alguns atores da rede está ligado à escassez de recursos que ela possui. Segundo a secretária “o orçamento da FUNES é baixíssimo [...] a gente tem que estar sempre recorrendo”.

A FUNES também é procurada pelos outros atores que atuam no campo da cultura no município de Patos, a secretária executiva afirma que “um ajuda o outro”. Ela também releva que as interações com os atores externos a fundação “são trocas” para que as ações da FUNES sejam incrementadas e para que ela cumpra com a sua “missão” e que esses atores estão envolvidos com ela com a intenção de “mostrar que a cultura é importante”, “pra difundir” e “criar plateia”, promover o “consumo de arte e cultura”. Através das declarações dos dois representantes do poder público entrevistados é possível constatar que os atores da rede de políticas públicas de cultura do município de Patos se relacionam por que possuem objetivos convergentes e também dependência mútua de recursos. Segundo Börzel (1997 apud FLEURY, 2005, p.78.) os atores que compõem a rede de políticas cooperam e realizam trocas de recursos no encalço dos interesses e metas que possuem em comum.

O Representante da CULP também realizou algumas contribuições sobre o assunto em questão. Segundo o entrevistado, o grupo se relaciona com alguns atores que estão envolvidos com a fomentação da cultura em Patos no intuito de promover seus trabalhos. Isso fica claro através da seguinte fala “independente de qualquer coisa, a gente tem que envolver e buscar apoio em qualquer lugar [...] até porque não tem como fazer só, tem que buscar parcerias mesmo”. Esse entrevistado exclamou o seguinte: “tem que buscar recursos com o município com o estado, tem que buscar os empresários, se você quer realmente fazer as coisas acontecer você tem que [...] buscar essas parcerias”. Isso evidencia que a CULP não possui recursos suficientes para realizar suas ações e que ela depende de terceiros para efetivar seus trabalhos.

O representante da sociedade civil do conselho municipal de políticas culturais de Patos, entrevistado em uma de suas falas, deixou claro que “a maioria dos agentes que fazem trabalhos culturais, fazem ações com a cara e com a coragem, buscando [...] a promoção do seu seguimento cultural sobretudo com esforço próprio, poucos tem o apoio efetivo [...] dos entes públicos, das políticas públicas inseridas nesse processo”. Ele também ressalta que a “a secretaria de cultura precisa interagir melhor com alguns seguimentos”, por outro lado ele afirma que também existe a “necessidade de organização do movimento social” e que “falta

um entrosamento do movimento cultural com o conselho” e que isso se dá devido à “desilusão das pessoas com a política”. Ele também revela que no conselho a “sociedade civil é muito pouco representada, as reuniões estão esvaziadas”.

Ele também exclama que “o movimento cultural procura a secretaria em busca de apoio e inserção para o desenvolvimento de alguns eventos” e também que “a FUNES [...] tenta incorporar vários seguimentos, mas tem um limite restritivo que é a sua dotação orçamentária pra cultura” e que as “as ações de grande vulto que a Funes desenvolve são frutos de parcerias”. Ele ainda ressalta que “existe pouco entrosamento [...] por parte da secretaria municipal de cultura com a FUNES”. Com base nesses dados coletados, fica evidente que existe um envolvimento dos atores da rede tanto para promoção de ações e atividades culturais de caráter público institucional como para ações que não são de iniciativa governamental.

É possível acreditar que a participação de atores não estatais na promoção da cultura nesse local pode estar atrelada à ausência da ação governamental em alguns momentos. Apesar da Secretaria Municipal de Cultura estar ligada a alguns atores da rede, fica evidente que existe um nível de distanciamento entre a gestão municipal de cultura e os demais atores que fazem parte da rede local. A existência de marcos legais, por vezes, é o determinante das relações existentes entre a Secretaria Municipal de Cultura e os atores da rede de políticas de cultura em Patos. Também fica claro que os relacionamentos existentes entre os atores se constituem devido à dependência mútua de recursos existente entre eles, sobre isso Klijn (1998) declara que as interdependências criam e dão sustentabilidade aos relacionamentos que passam a existir entre os atores da rede.

5.2.1. Comunicação e tomada de decisão

Quanto ao modo e a forma como se realizam a **comunicação e tomada de decisão** nas ações e processos que envolvem a rede também foram feitas algumas indagações. O secretário de cultura esclareceu que os presentes na III conferência de cultura elegeram conjuntamente os delegados para representarem Patos na III conferência estadual realizada posteriormente a municipal, “nós tiramos os nossos delegados para representarem Patos [...] todos eles tanto representantes de órgãos públicos, como de órgãos privados”. O secretário também revelou que durante a conferência foram levantadas proposições para a constituição do plano municipal de cultura e do Sistema Municipal de Cultura, além da eleição dos conselheiros municipais de política cultural. O mesmo descreveu que o objetivo da

conferência era possibilitar “o entrelaçamento entre os produtores culturais” para a realização de “uma discussão sobre as propostas” para organizar e “montar esse sistema, esse conselho municipal”.

Com base nas propostas oriundas da conferência de cultura, a secretaria ao lado do conselho municipal de políticas culturais concluiu a organização do sistema municipal de cultura, isso é evidente a partir da seguinte ponderação do secretário de cultura: “juntamente com o conselho municipal de cultura [...] preparamos o nosso sistema municipal de cultura e este sistema foi aprovado pelo conselho”. Em relação ao plano municipal de cultura o secretário disse que “ele não está acabado, é um plano que está em construção, ele começou dentro da conferência e continua toda hora, à medida que o conselho vai se reunindo a gente vai colocando mais propostas”. O secretário quando indagado se as pessoas que participam, têm abertura para darem sugestões e opinarem, ponderou que “a partir do momento que você faz um conselho paritário você já está dando abertura”.

Com base nas informações anteriores é possível concluir que existe demasiada interação entre os atores da rede em espaços de discussão e decisão política, entretanto as decisões finais sobre o plano municipal de cultura estão centralizadas entre a secretaria municipal de cultura e o conselho municipal de políticas culturais. Fica evidente a partir das afirmações que a “FUNES não foi indicada pelo poder público municipal para fazer parte do conselho municipal de cultura” e de que “o movimento cultural é pouco representado no conselho”, que após a III conferência municipal, os agentes que fazem parte da rede e que não pertencem à secretaria municipal não estão mais contribuindo de maneira direta para a finalização do plano municipal de cultura.

Também segundo o membro do conselho de políticas culturais do município de Patos entrevistado, não houve comunicação entre a secretaria e o movimento cultural para a organização da III conferência municipal de cultura, “na conferência o regimento interno não foi discutido antecipadamente [...] não ocorreram etapas preparatórias para realização da conferência”. O secretário de cultura quando indagado sobre a participação de atores de fora da secretaria na organização da III conferência ponderou que “a secretaria fez uma convocação, aí ocorreu a conferência”. Dessa forma fica claro que a conferência foi organizada pelo poder público sem mais delongas e contribuições dos outros atores da rede.

Ao ser questionado se a secretaria de cultura discute as políticas públicas com os atores externos a ela, o secretário respondeu que conversa “sempre com o pessoal da área”. Ele também esclareceu que realizou uma reunião de discussão sobre a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 150, que se trata de um dispositivo legal que garantirá a disposição

de recursos tributários para a cultura. A reunião contou com a presença do Deputado Federal Hugo Mota e do movimento cultural de Patos, segundo o secretário, a secretaria mobilizou “todos os produtores culturais, pessoal ligado à música, ao cinema, teatro [...] e a gente fez uma grande reunião aqui com o deputado federal da região que é o Hugo Mota, e Hugo se comprometeu em batalhar lá em Brasília para que essa PEC seja aprovada”.

O secretário municipal de cultura também descreveu que os atores são convidados para participar de acordo com as especificidades das ações que estão sendo planejadas, “se eu for fazer carnaval eu chamo o pessoal da liga de carnaval, por exemplo, se eu for fazer São João eu chamo o pessoal das quadrilhas, se eu for fazer outra atividade eu chamo o pessoal da Ernani Satyro”. Ele também esclareceu que existem reuniões para construção de atividades e que ele sempre começa “as reuniões com a equipe da secretaria e aí dependendo das pessoas que estão envolvidas nos processos a gente vai convidando para conversar”.

Por outro lado, quando indagado se as programações das atividades são planejadas em conjunto com os atores que irão participar da execução delas o secretário respondeu que não, que só são convocados quando “a programação já está pronta”. Segundo o membro do conselho de políticas culturais de Patos “não foi realizada nenhuma discussão sobre a implementação dos equipamentos como o teatro municipal e a concha acústica com o conselho e com o movimento cultural”, no entanto o secretário afirmou que a concha acústica foi uma demanda proveniente da ASTRAL, “a ASTRAL quem sugeriu a construção da Concha Acústica e daí foi construída”.

As informações antes citadas mostram que as decisões sobre algumas políticas públicas de cultura municipais estão de certa forma centralizadas na secretaria municipal. E que a comunicação entre essa secretaria e os atores envolvidos na execução de algumas atividades não acontece de forma efetiva durante o planejamento das ações, o que deixa claro que os atores são mais envolvidos no momento da execução de tarefas e não nas decisões. De acordo com Calmon (et al.,2013, p.26) a “forma como se estabelece a comunicação entre os atores que compõem uma rede de políticas públicas é fundamental à tomada de decisões e à implementação das ações preconizadas”.

Já no caso da FUNES, segundo a secretária executiva, ela possui “um planejamento fixo, mas quando é chegada o momento de realização das atividades parceiros são convidados para participar do planejamento, na medida do possível [...] existe um formato, mas é dada a liberdade para o parceiro decidir como quer contribuir, de acordo com a atividade”. A secretária executiva da FUNES quando questionada se os indivíduos que realizam ações em parceria com a fundação têm espaço para opinarem e dar contribuições revelou que “sim,

alguns trazem propostas já prontas para serem desenvolvida na FUNES, para serem integrada à programação da FUNES”.

Quando indagada se a fundação consulta os atores envolvidos em ações que serão realizadas em conjunto, a secretária respondeu que “na medida do possível a FUNES tenta pensar conjuntamente os seus processos de realização de ações e atividades com outros atores. De acordo com a atividade, os envolvidos serão convidados para pensar ações”. Quando questionada sobre como acontece as discussões, ela disse que por meio de “reuniões, a FUNES convida as pessoas específicas de acordo com a atividade ou a discussão, para que seja pensada em conjunto a execução da atividade”. O representante da CULP também foi indagado se os participantes das ações em conjunto, os parceiros, são envolvidos nas tomadas de decisão e no processo de construção das atividades promovidas de forma coletiva. Ele primeiro respondeu: “quando a gente realiza um evento, perguntamos e aí vocês querem participar? Lanço a proposta, quem não aceitar está livre para lançar outra [...] tá aberto para todo mundo entendeu [...] é válido isso, a opinião, a democracia está para isso”.

Sobre a FUNES e a CULP é possível concluir que eles estão mais abertos para a construção de ações conjuntamente com os outros atores da rede e que em relação a eles existe um grau de interação maior com os parceiros no processo de planejamento das atividades implementadas de forma coletiva, consideravelmente diferente da forma que acontece na secretaria municipal de cultura. Não há pretensão desse estudo realizar uma análise estrutural da rede, no entanto é possível compreender a partir das informações coletadas, que existem evidências que um ator possui um relevante grau de *centralidade* na rede.

A FUNES demonstra ter um destacado nível de interação com os outros atores da rede. Durante as entrevistas o Conselheiro de cultura respondeu que “O grande ator é a FUNES”. Já o representante da CULP exclamou que “a FUNES sempre nos ajudou”. Já a secretária executiva da FUNES quando indagada sobre qual agente é mais importante para o trabalho da fundação ela respondeu que “A FUNES promove todo tipo de ações e sempre existe uma relação de troca com outros atores, as parcerias não são concentradas em um ator só, são fragmentadas”. Assim, é possível perceber que a FUNES possui vínculos com diversos atores da rede em estudo. Klijn (1998) esclarece que o número de vínculos que um ator possui na rede é determinante para que ele ocupe nela uma posição central.

Com base nas informações já citadas é possível inferir que as *ações e o trabalho compartilhado* em alguns casos acontecem com mais proporção na execução das atividades do que no processo de desenvolvimento das políticas públicas de cultura. Por outro lado

também é possível constatar que em algumas situações existe uma interação no nível de decisão de algumas ações realizadas de forma coletiva por alguns envolvidos na rede. Em certos casos, a autonomia dos atores envolvidos é preservada através da possibilidade dada às parcerias para que essas opinem e deem sugestões nas ações coletivas e em outros, é possível perceber que as ações são demasiadamente impostas e que o trabalho compartilhado ocorre simplesmente quando as ações são operacionalizadas. Também é possível compreender que a secretaria de cultura ainda possui alguns processos centralizados no poder público e nas discussões com o conselho de políticas culturais, que, segundo algumas informações, não representa de forma eficiente os atores que não pertencem à secretaria municipal de cultura.

6. Considerações Finais

O objetivo da pesquisa era compreender como está configurada a rede de políticas públicas de cultura no Município de Patos – PB. Com o estudo ficou evidente que nesse local existe uma variedade de atores envolvidos com a promoção pública da cultura. Atores tanto governamentais como não-governamentais. E que estes estão articulados por meio da realização de ações em conjunto e de discussões sobre as políticas públicas de cultura em espaços políticos de debate. No entanto por vezes algumas decisões que envolvem as políticas públicas de cultura municipais ainda estão centralizadas na gestão pública de cultura municipal. A dependência mútua de recursos juntamente com a necessidade de uma maior efetivação de políticas públicas de cultura no município de Patos é o que liga os atores presentes na rede estudada.

É possível afirmar que por vezes o poder público local interage com outros atores da rede, devido à gestão municipal de cultura ter aderido ao Sistema Nacional de Cultura. E mesmo com isso as relações entre os atores da rede com a secretaria municipal não se dão de forma muito sinérgica e a construção de políticas públicas municipais é pouco realizada com a participação efetiva dos outros atores da rede. Foi constatado também, que a FUNES possui uma destacada interação com os atores da rede e um elevado nível de abertura para a integração desses em seus processos. Também foi constatado com a pesquisa que na rede estudada estão presentes atores que não pertencem ao município de Patos.

No todo ficou claro que os atores da rede pesquisada se relacionam para a efetuação de ações e que ainda falta uma melhor coordenação das discussões na rede e que alguns processos das políticas públicas de cultura no município de Patos ainda não ocorrem de forma suficientemente democrática. Sugerem-se estudos futuros que ampliem o entendimento da

política de cultura local para que outras inferências sejam realizadas sobre o campo estudado, pois essa pesquisa inicial teve apenas o objetivo de caracterizar e descrever a articulação local na rede, cabendo expandir a análise das oportunidades e limites gerados por sua configuração.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, J. H.; WEYNE, R. G. Política cultural no Brasil contemporâneo: percursos e desafios. In: **Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 4., 2013, Rio de Janeiro. 2013. p. 10. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocasta-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>>. Acesso: 17 jun. 2014.

BOTELHO, I. A política cultural e o plano das ideias In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. P. 127. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Politicais%20culturais.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CALMON, P; COSTA, A.T. M. Redes de Governança da Política Pública. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**. n. 1, p. 1 -29, jul. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/rp3/article/view/9126/6853>> Acesso em 10 jul. 2014.

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. 1. ed. São Paulo, Cengage Learning, 2011. 271p

FARIA, V. M. **Desenvolvimento Local, Cidadania e Redes Sociais**: Um estudo em Minas Gerais. Rio de Janeiro 2005. 19 p. Disponível: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3645/DissertacaoFinal27032005.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 jun. 2014.

FLEURY, S. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. **Administração em Diálogo**, São Paulo, n.7, p. 77-89, 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/67>> . Acesso em: 25 mai. 2014.

FLEURY, S. M. O desafio da gestão das redes de políticas in: **Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, 7., 2002, Lisboa, 2002. p. 1. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043204.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

KLIJN, E. ‘Policy Networks: An Overview’ in Kickert, W. J. M. & Koppenjan, J.F. (eds). *Managing Complex Networks*. Sage, London, 1998. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/Complex.pdf>> Acesso em: 08 jun. 2014.

LOPES, F. D.; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, p. 1007 -1035, set./out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n5/v43n5a03.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

MATIAS – PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MIGUELETTI, D. C. R. **Organizações em Rede**, Rio de Janeiro, 2001. p. 8. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Escola Brasileira De Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf?sequence=1>> Acesso em: 27 mai. 2014.

MINHOTO, L. D.; MARTINS, C. E. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n. 22, p. 81-101, 2001. Disponível em: <<http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad22/dados/Minhoto%20e%20Martins.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília - DF, MINC, 2010. p. 38. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/livro11-602-para-aprovacao.pdf/d17c52f9-3a60-4196-af5c-a6655f028f3b>>. Acesso em: 21 de mai. 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Oficina de implementação de sistemas Estaduais e municipais de cultura**. Brasília – DF, MINC, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Apostila+-+Oficina+de+Implementa%C3%A7%C3%A3o+dos+Sistemas+de+Cultura.pdf/52b7f7bb-da35-4d1c-a18d-c5f7bacf9624>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

PROCOPIUCK, M. FREY K. **Governança e Redes e Políticas de Caráter Público** in: Encontro de Administração Pública e Governança, 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPAD, 2008. p.9. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2008/2008_ENAP.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

PROCOPIUCK, M. FREY, K. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.17, n.34, p. 63-83, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a06v17n34.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 53 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>

Acesso em: 06 jun. 2014.

REIS, P. F. Estado e políticas culturais. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2., 2011, Rio de Janeiro, 2011, p. 5. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Paula-F%C3%A9lix-dos-Reis.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1243/1/Antonio%20Albino%20Canelas%20Rubim3.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

RUBIM, A. A. C.; RUBIM, I.; VIEIRA, M. P. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. *Siete cátedras para la integración*. Bogotá, Convênio Andrés Bello, 2005, p.129-170. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/atoessociais_redes_e_politicasculturais_catedra2005.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2012.

SANTOS, H. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre. v. 5. n. 1, p. 59-68, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/742/74250104.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2014.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública In: SARAVIA E; FERRAREZI. E. (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília – DF: ENAP, 2007. 2 v. p. 28. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2857>. Acesso em: 28 abr. 2014.

SCHNEIDER; V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 5. n. 1, p. 29-58, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33>>. Acesso em: 01 de jun. 2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo, Cengage Learning, 2013. 119 p.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2012. 7p.

ANEXOS

Roteiro de entrevista – Secretário Municipal de Cultura

- **Pluralidade e abrangência da rede**

1. Existem atores que não pertencem à secretaria que desenvolvem ações no setor cultural, que desenvolvem atividades ou ações culturais, que colaboram para a promoção da cultura no município?
2. Quem são estes atores? (associações, fundações, ONGs, coletivos?).
3. Eles pertencem a que localidade, zona urbana, zona rural a outra região?
4. Estes atores estão envolvidos com a gestão da política pública de cultura, alguma parte deles?

- **Natureza dos vínculos**

5. Quais as atividades ou ações que são desenvolvidas pela secretaria municipal de cultura?
6. Quem está envolvido na realização dessas atividades, nos processos relacionados às ações e gestão da política pública municipal?
7. A respeito das atividades e processos realizados com o envolvimento de outros atores, elas acontecem com que frequência, os atores são sempre os mesmos ou eles mudam de acordo com a atividade?
8. Por qual razão estão envolvidos atores não estatais na realização dessas ações e processos de gestão da política pública de cultura municipal?
9. Os atores que participam fazem isso com que intenção, o que as motiva?

- **Comunicação e tomada de decisão**

10. O seu trabalho é pensado de forma isolada ou é realizada troca de informações com estes atores?
11. Por que é feito dessa forma?
12. Como ocorre o processo de comunicação (reuniões, assembleias, fóruns...)?
13. Quando as ações ou atividades estão sendo pensadas as tomadas de decisão sobre elas são realizadas isoladamente? Outros atores são consultados?

14. As ações que são realizadas de forma compartilhada são planejadas conjuntamente, como a SECULT e os atores envolvidos se articulam para realizarem essas ações (se reúnem, se encontram, planejam conjuntamente)?

15. Por que elas são feitas dessa forma?

- **Grau de centralidade e relações de poder**

16. Quem são os atores ou ator que costumeiramente é convidado para participar da realização das ações da secretaria municipal?

17. Por que é mantida relações com estes atores? (competência, compromisso, recursos, influencia)?

18. A SECULT municipal é convidada por outros atores para contribuir ou realizar ações conjuntamente, qual a motivação disso acontecer?

- **Ações e trabalho compartilhado**

19. A gestão municipal de políticas públicas de cultura é pensada com a contribuição de outros agentes?

20. Como se articulam para isso?

21. Os indivíduos que participam tem autonomia para opinar, eles estão conscientes do seu papel, do porquê de estarem participando?

Roteiro de entrevista – Fundação Ernani Satyro

- **Pluralidade e abrangência da rede**

1. Quem ou quais são os atores envolvidos com a promoção da cultura no município?
2. Qual o caráter de atuação deles?
3. Eles pertencem a que localidade, a zona urbana, a zona rural, a outra cidade ou região?

- **Relacionamentos e Natureza dos vínculos**

4. Quais são as atividades desenvolvidas pela Funes em Patos.
5. Estas atividades são realizadas com que frequência, elas envolvem outros atores?
6. Os relacionamentos são estáveis?
7. Como são realizadas (como são planejadas e como são efetuadas?).
8. Por que razão elas são feitas dessa forma?
9. Os atores que participam fazem isso com que intenção, o que as motiva?

- **Comunicação e tomada de decisão**

1. Quando as ações ou atividades estão sendo pensadas as tomadas de decisão sobre elas são realizadas isoladamente, esse processo sofre influência de outros atores.
2. Outros atores são consultados?
3. Por que é feito dessa forma?
4. Como ocorre o processo de comunicação? (reuniões, assembleias, fóruns...).

- **Grau de centralidade e relações de poder**

1. Quem são os atores ou ator que costumeiramente é convidado para participar dos processos relacionados ao trabalho da Funes?
2. Por que é mantida relações com estes atores?
3. Você também é convidado para participar de ações de outros atores, por quê?

- **Ações e trabalho compartilhado**

1. Existem ações que são realizadas de forma compartilhada?

2. Os indivíduos que participam tem autonomia para opinar, dar contribuições?
3. Eles estão conscientes do seu papel, por que estão participando?
4. Como se articulam para realizar essas ações?
5. Existem relacionamentos hierárquicos no que diz respeito aos atores envolvidos nas ações e na construção de políticas públicas?

Roteiro de entrevista – Conselho Municipal de Políticas Culturais e CULP

• Pluralidade e abrangência da rede

1. Quem ou quais são os atores envolvidos com a promoção da cultura no município?
2. Qual o caráter de atuação deles?
3. Eles pertencem a que localidade, a zona urbana, a zona rural, outra cidade ou região?

• Natureza dos vínculos

4. Esses atores se relacionam ou atuam de forma isolada para realização de suas atividades e processos?
5. Estas atividades e trabalhos ocorrem com que frequência?
6. Como são realizadas?
7. Com que intenção é realizada essas ações e por que elas são feitas dessa forma?
8. Os atores trabalham juntos com que intenção?

• Comunicação e tomada de decisão

9. Como ocorre o processo de comunicação
10. Quando as ações ou atividades estão sendo pensadas as tomadas de decisão sobre elas são realizadas isoladamente ou os atores envolvidos ou não são consultados?
11. O conselho é consultado sobre as ações que são realizadas pela gestão pública?
12. A sociedade civil é bem representada, ela tem autonomia para intervenção?

• Grau de centralidade e relações de poder

13. Em sua opinião quem é o ator que é mais procurado para estar contribuindo com a realização das ações e atividades culturais promovidas aqui?
14. Por que são mantidos relações com este ator, por que outros atores se aproximam dele?

• Ações e trabalho compartilhado

15. Com relação às ações da gestão pública, o conselho ou outros atores são convidados para participarem?
16. Por que são realizadas desta forma?
17. Os indivíduos que participam tem autonomia para opinar?

18. Eles estão conscientes do seu papel, por que estão participando?
19. Como se articulam para realizar essas ações?
20. Existem relacionamentos hierárquicos no que diz respeito aos atores envolvidos nas ações e na construção de políticas públicas?